



Conselho Nacional de Justiça  
Processo Judicial Eletrônico

O documento a seguir foi juntado aos autos do processo de número 0005722-93.2010.2.00.0000 em 13/03/2012 17:11:53 e assinado por:

- Usuário do sistema

Consulte este documento em:

<https://www.cnj.jus.br/pjecnjinterno/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

usando o código: **1203131711530000000000401053**

ID do documento: **401761**



1203131711530000000000401053



*Conselho Nacional de Justiça*  
Gabinete do Conselheiro Wellington Cabral Saraiva

**Consulta nº 0005722-93.2010.2.00.0000**

**Relator** : CONSELHEIRO MARCELO NOBRE  
**Voto-vista** : CONSELHEIRO WELLINGTON CABRAL SARAIVA  
**Requerentes** : CORREGEDORIA GERAL ELEITORAL DO ESTADO DE GOIÁS  
**Requerido** : CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

## **VOTO-VISTA**

Em síntese, trata-se de consulta acerca da possibilidade (e, em caso positivo, de determinados aspectos) da convocação de juízes de primeiro grau para substituição e auxílio nos tribunais eleitorais, em face da Resolução nº 72, de 31 de março de 2009, deste Conselho Nacional de Justiça, que não regulamentou a matéria. O órgão consulente aponta omissão na disciplina normativa do tema e afirma que não a proíbem as Resoluções nº 22.694, de 14 de fevereiro de 2008, e nº 20.960, de 18 de dezembro de 2001, do Tribunal Superior Eleitoral.

O ilustre relator, Conselheiro Marcelo Nobre, a) reconhece a omissão; b) informa que buscou obter, sem sucesso, pronunciamento do TSE; c) sustenta que não há proibição da figura dos juízes auxiliares na Justiça Eleitoral; d) entende que a convocação deve ser feita livremente pelo presidente de cada Tribunal Regional Eleitoral, que a remuneração dos juízes auxiliares deve ser regulamentada pelo TSE e que o prazo da convocação deve seguir a regra geral de um ano, renovável.

Com todo o respeito que merece o ilustre relator, divirjo da posição que Sua Excelência externou.

A Lei Geral das Eleições em vigor (Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997) não prevê a existência de juízes auxiliares, a não ser aqueles designados pelo TRE para apreciar incidentes relativos à propaganda eleitoral, consoante seu art. 96, §§ 2º e 3º:

§ 2º. Nas eleições municipais, quando a circunscrição abranger mais de uma Zona Eleitoral, o Tribunal Regional designará um Juiz para apreciar as reclamações ou representações.

§ 3º. Os Tribunais Eleitorais designarão três juízes auxiliares para a apreciação das reclamações ou representações que lhes forem dirigidas.

Outra relevante implicação diz respeito ao impacto orçamentário da admissão de juízes auxiliares, devido à necessidade de pagar-lhes a gratificação eleitoral. Ocorre que a legislação tampouco a prevê para juízes auxiliares, apenas para os juízes dos TREs (que vêm sendo – impropriamente, a meu ver –



denominados de “desembargadores eleitorais”, em contrariedade à denominação de “juízes” que a Constituição da República adota, no art. 120, assim como a Lei Orgânica da Magistratura Nacional, no art. 9º e em outros) e para os juízes eleitorais, nos termos dos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.350, de 28 de dezembro de 1991:

Art. 1º. A gratificação de presença dos membros dos Tribunais Federais, por sessão a que compareçam, até o máximo de oito por mês, passa a ser calculada da seguinte forma:

I – Tribunal Superior Eleitoral: três por cento do vencimento básico de Ministro do Supremo Tribunal Federal;

II – Tribunais Regionais Eleitorais: três por cento do vencimento básico de Juiz do Tribunal Regional Federal.

Parágrafo único. No período compreendido entre noventa dias antes e noventa dias depois de eleições gerais na unidade federativa ou em todo o País, é de quinze o máximo de sessões mensais remuneradas.

Art. 2º. A gratificação mensal de Juízes Eleitorais corresponderá a 18% (dezoito por cento) do subsídio de Juiz Federal.

À falta de previsão legal, não vejo como possa haver tais convocações. Elas alteram substancialmente o conteúdo do trabalho prestado pelos magistrados judiciais e, para isso, é necessário haver lei que as autorize, em face da competência constitucional da União para legislar acerca do Direito Eleitoral. O próprio TSE, ao examinar a matéria que resultou na Resolução nº 20.960/2011, registrou:

Sr. Presidente, esta Corte, respondendo à Consulta nº 105, relator o nobre Ministro Nilson Naves, entendeu que os tribunais regionais não poderiam designar juiz auxiliar de Corregedoria Regional Eleitoral, à falta de previsão legal (RITSE vol. 7, nº 3, pág. 511).<sup>1</sup>

Apenas ressaltou a Corte Eleitoral, com razão, a participação de juiz auxiliar na instrução de atos processuais sob supervisão e controle dos corregedores eleitorais.

Também no julgamento da Resolução nº 22.694/2008 – de cuja aprovação, a propósito, participou o atual Presidente deste Conselho, Min. Cezar Peluso –, o TSE registrou a impossibilidade, por falta de amparo legal, da convocação de juízes como auxiliares das corregedorias, inclusive por conta das implicações econômicas das convocações. Nas informações da Diretoria Geral do Tribunal, adotadas como fundamento do voto do relator, está dito, acertadamente:

[...]

Esclarece que este Tribunal respondeu negativamente à Consulta nº 105, formulada pelo TRE/PB, em face da inexistência de fundamentação legal a amparar a referida convocação, sendo inaplicável o disposto na Lei nº 8.713, de 1993.

A SGP [Secretaria de Gestão de Pessoas] destaca a Resolução-TSE nº 20.960, de 18 de dezembro de 2001, por meio da qual esta Corte entendeu que não há ofensa à

---

<sup>1</sup> TSE. Plenário. Processo administrativo nº 18.717 – classe 19ª – Distrito Federal (Resolução nº 20.960). Relator: Ministro Fernando Neves. 18 dez. 2001, unânime. **Diário da Justiça**, seção 1, 15 mar. 2002, p. 182.



competência dos Corregedores Eleitorais na convocação ou designação de Juízes de Direito para a realização de atos relativos à instrução processual. Todavia, observa que o diploma legal não cuidou de disciplinar a forma de remuneração dos respectivos magistrados, matéria sobre a qual não existe previsão legal específica.

Aquela Secretaria registra que as normas que estabelecem as atribuições do Corregedor-Geral e dos Corregedores Regionais da Justiça Eleitoral, a Resolução-TSE nº 7.651, de 24 de agosto de 1965, bem como o artigo 13 da Resolução-TSE nº 20.034, de 27 de novembro de 1997, não tratam da designação de Juízes Eleitorais ou Adjuntos dos Corregedores.

[...]

A Unidade Técnica salienta, ainda, que os Juízes Auxiliares, designados nos termos do artigo 96 da Lei nº 9.504, de 1997, possuem atribuições específicas e não podem ser confundidos com a figura do Juiz Auxiliar da Corregedoria Eleitoral.<sup>2</sup>

Além da necessidade da lei que ampare a convocação, esta careceria também de o TSE regulamentar a matéria, porquanto a convocação de juízes auxiliares implica gastos e se trata de matéria diretamente pertinente à organização das eleições. A meu ver, embora a Justiça Eleitoral não esteja imune ao controle deste Conselho, pois a norma constitucional que o criou nada excepcionou nessa linha, é o TSE que tem melhores condições para administrar as receitas e despesas globais das eleições. É ele que regulamenta e conduz o processo eleitoral, inclusive no seu aspecto de gestão pública, é ele que lida com a realidade quotidiana dos TREs, razão por que convém que dele parta a normatização desse tema específico, sem prejuízo, volto a dizer, da possibilidade de atuação do CNJ, quando este reputar cabível.

Não é por outra razão que o Código Eleitoral, no art. 23, IX,<sup>3</sup> atribuiu competência ao TSE para expedir resoluções destinadas ao cumprimento daquele diploma – muito embora isso decerto não signifique a atribuição àquela Corte da competência para usurpar a atividade própria do Poder Legislativo nem exclua a possibilidade de resoluções do CNJ a respeito do funcionamento do Poder Judiciário, como, aliás, recentemente afirmou o Supremo Tribunal Federal ao julgar medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade nº 4.638/DF.<sup>4</sup>

Por fim, não vislumbro, nas atuais circunstâncias, necessidade de convocação de juízes auxiliares para os tribunais eleitorais. A Justiça Eleitoral brasileira possui quadro próprio de servidores, que é qualificado para atuar nesse campo, bem remunerado e, pelo que se sabe, em número suficiente para prestar o necessário apoio aos TREs, ainda que, em certos casos, especificamente no período eleitoral, com necessidade de algum esforço mais árduo. Sabe-se que, fora dos períodos eleitorais, o volume de trabalho da Justiça Eleitoral, conquanto não

---

<sup>2</sup> TSE. Plenário. Processo administrativo nº 19.837 – classe 19ª – Rio Grande do Norte (Resolução nº 22.694). Rel.: Min. Gerardo Grossi. 14 fev. 2008, unânime. **DJ** 1, 29 fev. 2008, p. 16.

<sup>3</sup> Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965: “Art. 23. Compete, ainda, privativamente, ao Tribunal Superior, [...] IX – expedir as instruções que julgar convenientes à execução deste Código; [...]”.

<sup>4</sup> Acórdão ainda não publicado. Vide notícia do julgamento em: < <http://ven.to/jqS> > ou < <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=199645> >. Acesso em: 11 fev. 2012.



chegue a cessar, sofre notável redução. O auxílio almejado pelos TREs pode ser bem prestado pelo próprio quadro de seus servidores e dos muitos agentes públicos requisitados que ali prestam seu valioso serviço, como vem ocorrendo há décadas, de forma satisfatória.

A meu ver, a Resolução nº 72/2009, do CNJ, à qual se refere a consulta, não alcança a convocação de juízes auxiliares para os TREs. Ela em nenhum momento se refere à Justiça Eleitoral, mas apenas menciona os tribunais estaduais e federais, querendo com isso referir-se aos Tribunais de Justiça e aos Tribunais Regionais Federais – o que, aliás, expressamente faz em seu terceiro “considerando” e no art. 8º, por exemplo.

Anoto, por fim, que este Conselho precisa debruçar-se sobre a ocasional omissão de alguns Tribunais, como ocorreu com o TSE, em responder a algumas de suas solicitações. O relator originário narra que enviou diversas comunicações àquela Corte, sem merecer resposta. A meu ver, para além da descortesia com os integrantes deste órgão, há nessa atitude inadmissível desprestígio à autoridade e à competência constitucional deste Conselho. Obviamente, a intenção dos integrantes do CNJ é manter o relacionamento mais harmônico e cortês possível com todos os órgãos do Poder Judiciário, pois seu interesse é o aperfeiçoamento desse Poder. Fica o registro, para que se reflita acerca de meios que evitem episódios semelhantes no futuro, embora felizmente eles sejam infrequentes.

Pelas razões acima, respondo à consulta no sentido de que a Resolução nº 72/2009, do CNJ, não autoriza a convocação de juízes auxiliares para os Tribunais Regionais Eleitorais, a qual seria juridicamente possível apenas quando houver lei específica nesse sentido e resolução deste Conselho ou do Tribunal Superior Eleitoral que expressamente a prevejam.

É como voto.

Brasília, 13 de março de 2012.

WELLINGTON CABRAL SARAIVA  
Conselheiro